



16116857



08084.002878/2021-41



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Núcleo de Preparação de Aquisição e Contratação

NOTA TÉCNICA Nº 49/2021/NPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08084.002878/2021-41

INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E SERVIÇOS GERAIS - CGDS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Operadores de Mídias Audiovisuais e Editor de Mídias Audiovisuais, mediante cessão de mão de obra com dedicação exclusiva, para atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública em Brasília/DF, que deu origem ao Pregão Eletrônico nº 15/2021.

1.2. Nos termos da Nota Técnica nº 48/2021/NPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ (16090910) foi promovida a Diligência nº 02 (16106543), tendo a licitante apresentado resposta dentro do prazo estipulado pelo pregoeiro (16110494).

1.3. Dessa forma, a Divisão de Licitações encaminhou os autos à esta área demandante para análise e manifestação quanto à proposta comercial, exequibilidade dos preços ofertados, especificação do objeto e habilitação técnica da licitante, nos termos dos documentos anexados aos autos.

2. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

2.1. Em análise à planilha de custos encaminhada após a realização da Diligência nº 02, verificou-se que a proponente procedeu aos ajustes solicitados, tendo apresentado sua proposta de preços de maneira condizente com o modelo anexo ao Termo de Referência, informando em sua planilha de custos o número estimado de dias necessários para a reposição do profissional ausente e comprovado sua inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

2.2. Contudo, em que pese os ajustes efetuados, observa-se que a licitante calculou de maneira equivocada o valor relativo ao módulo 4 de sua planilha de custos (Custo de Reposição do Profissional Ausente).

2.3. Isso porque quando ocorre a ausência do titular do posto de trabalho, o empregado substituto tem direito, proporcionalmente ao número de dias em que está cobrindo o posto, à remuneração do titular, aos encargos e benefícios anuais, mensais e diários e, ainda, aos valores referentes à provisão para a rescisão do contrato de trabalho.

2.4. Analisando o valor utilizado pela licitante no módulo 4, infere-se que o percentual

correspondente ao número de dias de afastamentos foi aplicado somente sobre o valor da remuneração (módulo 1), quando o correto seria ter aplicado esse percentual sobre o somatório da remuneração (módulo 1), encargos e benefícios anuais, mensais e diários (módulo 2) e a provisão para a rescisão (módulo 3), em estrita consonância com a metodologia descrita na página 23 do caderno de logística do pagamento pelo fato gerador e que será adotada para a definição dos valores a serem pagos durante a execução do contrato.

2.5. Assim, caso a licitante tivesse adotado o cálculo demonstrado acima, o valor relativo ao módulo 4 apresentaria um montante superior equivalente à R\$ 380,46 para o posto de operador de mídia audiovisual e de R\$ 449,67 para a função de editor de mídias audiovisuais.

2.6. Ante o exposto, ainda que a licitante tenha encaminhado declaração de que *"está ciente que ira receber apenas pelos dias cotados em planilha de custo e caso ocorra maior ocorrência esta ciente da obrigação de manter a execução dos serviços"*, impõe-se a conclusão de que o valor estimado pela proponente referente ao módulo 4 é insuficiente para cobrir os gastos mínimos necessários de reposição do profissional titular do posto de trabalho durante a execução do contrato.

2.7. Dessa forma, a proponente deverá proceder aos ajustes relacionados acima, com o devido envio das planilhas de custo e formação de preços ajustadas.

3. CONCLUSÃO

3.1. Ante os apontamentos registrados, e com fundamento no artigo 43, § 3º da Lei n.º 8.666/1993, solicita-se a realização de nova diligência junto à empresa R2R CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI, para fins de revisão e ajuste da proposta e planilha de formação de preços.

IVAN LUIZ GRAZIATO

Agente Administrativo

De acordo.

Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais na forma proposta.

LÚCIO ANDRÉ WANDERLEY CORREA DE MELLO

Coordenador de Suprimentos e Serviços Gerais

Aprovo a presente Nota Técnica.

Encaminhe-se à Divisão de Licitações da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para as demais providências cabíveis.

SANDRA CHAVES VIDAL

Coordenadora-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio André Wanderley Correa de Mello, Coordenador(a) de Suprimentos e Serviços Gerais**, em 14/10/2021, às 19:09, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA CHAVES VIDAL, Coordenador(a)-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais**, em 14/10/2021, às 19:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16116857** e o código CRC **5E1233E8**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.
